



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Pedro Taques

Recebido em 16/07/14
Lido em 19/11/14

Aprovado em 03/12/2014.
[Assinatura]

REQUERIMENTO Nº 25, DE 2014 - CI

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Senhor Ministro da Integração Nacional, Francisco José Coelho Teixeira, para audiência pública visando à discussão dos procedimentos administrativos do Ministério para reconhecimento de Situação de Emergência (SE) ou de Estado de Calamidade Pública (ECP) nos municípios brasileiros, bem como das medidas necessárias para agilização dessas providências diante da situação difícil em que se encontram os municípios afetados pelas mencionadas circunstâncias, *bem como sobre os valores orçamentários disponíveis e a possibilidade de não contínuo comprometimento de recursos para estas ações.*

Sala de Reuniões,

[Assinatura]

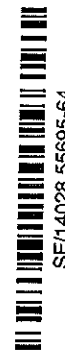
Senador Pedro Taques

[Assinatura]
Sen. Jorge Viana

JUSTIFICATIVA

A Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC estabelecida pela Lei nº 12.608/2012, tem por objetivo reduzir os riscos de desastres, prestar socorro e assistência às populações atingidas por desastres e recuperar as áreas afetadas por desastres. É um dever da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios adotar as medidas necessárias à redução dos riscos de desastres e à mitigação das suas consequências.

No entanto, a atuação federal não tem sido suficiente para cumprir esses objetivos – ao menos no Estado de Mato Grosso, constantemente assolado por chuvas intensas, inundações, erosões e enxurradas que destroem nossa infraestrutura produtiva e de transportes da região.



SF/14028.55695-64

Página: 1/2 15/07/2014 19:27:26

f52c8c324e232012ec6f726e1527d2a03bb065





De fato, segundo dados publicados pelo próprio Ministério da Integração Nacional, a quantidade de municípios que solicitam o reconhecimento de situação de emergência (SE) ou Estado de Calamidade Pública (ECP) não pára de crescer, passando de 13 em 2010 para 58 em 2014. Ao mesmo tempo, os processos correspondentes encontraram obstáculos no próprio Ministério, havendo uma considerável lacuna entre as solicitações feitas e aquelas que tiveram sua apreciação finalizada, bem como uma defasagem temporal muito significativa entre a solicitação e o reconhecimento. Assim, os recursos federais garantidos pela Política Nacional de Proteção e Defesa Civil não estão chegando à população que deles necessita.

Tenho recebido, junto com meus colegas de bancada, relatos e pedidos de ajuda insistentes por parte dos Municípios, e pude constatar pessoalmente junto ao Secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil, General Adriano Pereira Júnior, que a situação é grave em todas as regiões do Brasil, e é fortemente influenciada pelo reduzido quadro de técnicos do Ministério.

Trata-se de questão dolorosa que afeta a nossa gente nos momentos mais dramáticos de sua existência, e afeta também a infraestrutura econômica e social destruída pelas calamidades naturais. É necessária a intervenção desta Comissão para promover o debate sobre o problema que afeta a todas as regiões brasileiras, trazendo o Ministro da Integração Nacional para debater com os parlamentares as medidas possíveis para acelerar o exame dos pedidos e a precisão do processo de reconhecimento e atendimento das situações emergenciais suscitadas pelos municípios.



SF/14028.55695-64

